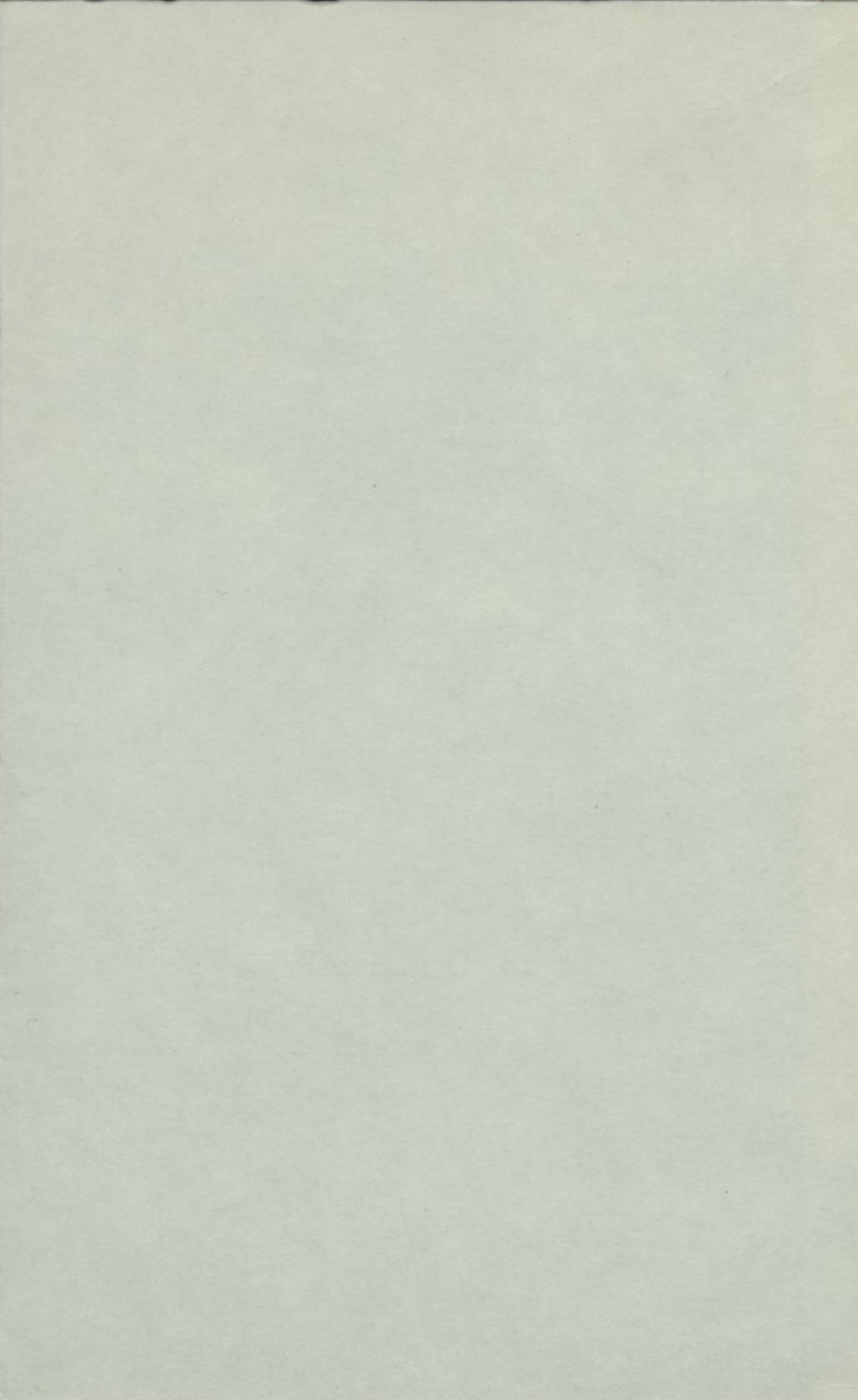


N. L.

049

C.



LEONARDO COIMBRA

O PROBLEMA DA EDUCAÇÃO NACIONAL

(TESE APRESENTADA AO CONGRESSO DA ES-
QUERDA DEMOCRÁTICA REALIZADO EM 1926)



EDIÇÃO DE MARANUS
RUA DOS MÁRTIRES DA LIBERDADE, 178
PORTO - 1926

LEONARDO COIMBRA

O PROBLEMA DA
EDUCAÇÃO NACIONAL

(TEXT APRESENTADO AO CONGRESSO DA 2ª
GUERRA DEMOCRÁTICA REALIZADO EM 1930)



EDITADO DE MARANHÃO
Pela Casa Editora da Liberdade, Lda.
Cidade de São Paulo

Ao Alvaro Ribeiro
Com muito carinho de

Leonardo Bicalho

O PROBLEMA DA
EDUCAÇÃO NACIONAL

O PROBLEMA DA
EDUCAÇÃO NACIONAL



INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO
DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO
E DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA

Este trabalho foi
com a assistência
de

O PROBLEMA DA
EDUCAÇÃO NACIONAL

EMP. INDUST. GRÁFICA
DO PORTO, L.da - Rua dos
Mártires da Liberdade, 178

AR 310
81.1200

LEONARDO COIMBRA

O PROBLEMA DA EDUCAÇÃO NACIONAL

(TESE APRESENTADA AO CONGRESSO DA ES-
QUERDA DEMOCRÁTICA REALIZADO EM 1926)



EDIÇÃO DE MARANUS
RUA DOS MÁRTIRES DA LIBERDADE, 178
PORTO - 1926



OFERTA

636123

3

SC
34049

LEONARDO COIMBRA

O PROBLEMA DA EDUCAÇÃO NACIONAL

(TESE APRESENTADA AO CONGRESSO DA BR-
QUÍMICA DEMOCRÁTICA REALIZADO EM 1930)



EDITADO EM MARANHÃO
PUB. DE MATHIAS DA SILVA
RUA DOS MATHIAS DA SILVA, 100
MARANHÃO - 1930

14 682640

O PROBLEMA DA EDUCAÇÃO NACIONAL

FINALIDADE DA EDUCAÇÃO

Qual o fim, ou antes, a finalidade da educação?

Os fins da educação diferem conforme o ponto de vista donde sejam tomados: êstes podem ser familiares, nacionais e humanos.

Para a família o fim da educação é essencialmente a habilitação do indivíduo para a capacidade de triunfo na luta pela vida.

Claro está que isto se dá na família vulgar, em que as ligações com a sociedade são coadas através dum grupo com um grande centralismo afectivo, dum quási egoísmo de grupo com tendências autonomistas.

As famílias que eduquem para fins nacionais e humanos serão as pequenas famílias de chefes cultos com um lar inteiramente afeiçoado às intenções do seu espírito.

De resto a luta pela vida envolve vencidos e vencedores e não seria uma obra social aquela que

cada família realizasse preparando apenas combatentes, pois que a evolução social deve tender (o que bastaria para a educação) para o melhor cooperativismo, e é já de facto a vida social um movimento em que as fôrças polémicas são simples meios transitórios do progresso, da cooperação e do acôrdo.

Diremos, no entanto, que a esta pouquidão da sua finalidade, que a inferioriza, acrescenta à educação familiar a vantagem da convivência entre pai e filho ou mestre e aluno em termos quási sempre superiores em valor pedagógico aos de qualquer outro processo de educação.

Mas será sempre inferior como meio de educação social, pois a família não é uma sociedade em miniatura.

A educação nacional terá como finalidade a prosperidade e engrandecimento de uma Nação, variando, pois, os métodos educativos com o ideal nacional.

Se o ideal nacional é exclusivista, teremos os povos idólatras, absorventes e dominadores, esperando de si ou da sua providência a direcção dos destinos do Mundo.

Seria, e com um tanto de exagêro para marcar um *tipo*, o caso da Alemanha de antes da Guerra, dirigindo e concentrando tôda a sua educação em tôrno do *Deutschland über alles*.

Mas êste caso é uma impossibilidade, como o era o de uma educação familiar com exclusiva finalidade de preparação para a vitória utilitária do educado.

São desvios para uma vontade falsa, das maiores forças sociais, que são as verdades humanas. Um povo dobrado à vontade nacional exclusivista é qualquer cousa como um homem que, teimando em não reconhecer a existência dos seus concidadãos, permanentemente a êles recorresse para viver.

Nenhuma nação pode viver sem *cultura* e as formas de cultura são tôdas hoje de carácter universalista: a Ciência, a Filosofia, a Arte, a Técnica, e até as Religiões.

Estas evoluíram de cultos nacionais para doutrinas soteriológicas universalistas, tendo até as que ainda se quisessem fechar em círculos étnicos ou nacionais de universalizar a sua acção de pensamento e sentimento, ainda que não seja mais do que pela vida polémica a que são obrigadas pela existência das religiões universalistas dominantes.

Essa a razão séria de impossibilidade de imperialismos conquistadores, pois a sua vitória seria a própria derrota da cultura, que é indubitavelmente a maior força social.

Só são fortes as nações cultas; e aquelas que, tendo atingido a cultura, a desviarem para o exclusivismo, para o encerramento nacionalista, correrão o risco de perderem essa mesma cultura.

A força social é a cultura. Nada é o atleta estúpido perante o homem inteligente; um elefante é abatido por um rapazito a quem a cultura tenha dado a confiança em si ou coragem e os instrumentos de exercício dessa confiança.

Uma horda de bárbaros terá sempre umas Termópilas que a detenham e a Maratôna que a desbarate.

Como na vida interna dum país a fôrça verdadeira é sempre de ordem social, é que, à parte as crises de crescimento ou convalescença, onde são apenas panaceias empíricas, as ditaduras são insubistentes.

O Direito assenta na Fôrça, é certo; mas na *fôrça social* que é *razão*, ordem, sociabilidade, *justiça*.

Teremos então a finalidade nacional-humana, como único destino viável a polarizar a educação moderna.

A finalidade meramente humana seria uma abstracção se desprezasse as realidades nacionais, porque os valores de cultura são universais em sua essência abstracta, mas nacionais em suas formas actuais de existência.

Eis, portanto, o fim de educação: a cultura nacional-humana.

É uma Idea ou um Ideal?

Quere dizer: existe como um astro imóvel, firme e perfeito como a Idea de Platão ou o Acto puro de Aristóteles, ou é antes como o Supremo Bem do mesmo Platão, o coração criador das ideas em que se *vai realizando*?

É um *tipo* a realizar, ou um Ideal criador modificando sempre o seu cortejo de astros ou ideas em que se vai exprimindo?

A cultura humana é evidentemente uma realidade dinâmica, uma idea em movimento gerador de

ideias e não é uma *cousa*, um *tipo*, um modelo estático a atingir.

Sendo assim, não poderemos determinar o *fim* da educação, mas apenas a tendência, o espírito dessa educação.

Um fim é um termo e o único termo que conhecemos à cultura humana será o da própria extinção da humanidade.

Poderemos, então, definir assim a educação: educar é cultivar as liberdades criadoras da cultura nacional-humana.

Entendamo-nos: cultivar as liberdades e não fazê-las, porque estas são propriedade intrínseca do indivíduo psico-social que é o homem; liberdades criadoras da cultura, porque esta resulta efectivamente da cooperação de todos os indivíduos psico-sociais atrás definidos.

A educação parte da cultura para a cultura, parte, diríamos em matemática, do segmento da *linha do progresso cultural*, A, para o segmento $A + dA$, da mesma linha de progresso.

Eis a condenação de todos os métodos educativos, que depositem a instrução no espírito dos educandos, como o capitalista que depositasse no cofre todos os seus cabedais para que se não percam, em vez de os dar ao fomento de novas e crescentes riquezas.

A educação será, pois, mais voltada para o futuro que para o passado ou presente.

Quando um corredor encontra um obstáculo que

tem de transpor saltando, é firmando-se bem no terreno que aproveita o impulso da corrida para fazer o salto que o transporte para além do obstáculo.

Apoia-se no *presente*, aproveita a fôrça viva, acumulação das velocidades *passadas*, mas olha para além, para a frente, para o *futuro* da marcha, que vai fazer.

O passado dá-lhe a *fôrça*, isto é, a *cultura atin-gida*; o presente dá-lhe o ponto de aplicação dessa fôrça, o futuro é a linha de direcção marcada na velocidade virtual do presente, seja, no genésico estre-mecimento da cultura.

Uma educação voltada para o passado ou para o presente dará uma simples repetição da vida so-cial de pronto mumificada num ritualismo insignifi-cante, como o das tantas sociedades estagnadas dos povos erradamente chamados primitivos.

Quere isto dizer que a educação se perca num futurismo de simples forma? Não; ela terá de ser, já vimos, o principal elemento da própria continui-dade histórica da cultura.

Elemento da vida heróica e criadora, da vida excedente e progressiva e não simples elemento de repetição e conservação, que não é vida, pois esta é sempre heroismo, luta, esforço ascencional e meritório.

É isto mesmo que pretendem dizer os que defi-nem como destino da educação a formação dos homens de amanhã.

Unicamente poderíamos perguntar mas que homens?

O católico sabe que terá de formar o homem católico, o budista o homem budista, o mahometano o homem do Islam, etc., etc.

E o Estado moderno, que homem deve formar?

Não o fórma; mas cultiva-o, cria-lhe o meio, onde êle *activamente* assimila e em reacção desenvolve as suas qualidades de liberdade criadora da cultura nacional humana.

OS DIREITOS DO ESTADO

Com que direito e por que espécie de dever há de o Estado tomar a si esta defesa e organização da cultura?

Como órgão de consciência da vida social, dessa mesma vida de cultura, que acabamos de definir.

Mas é o Estado essa consciência?

É apenas o órgão legítimo dessa consciência?

Existe até essa consciência?

Não será antes uma abstracção a mais, pesando tiranicamente sôbre a realidade da família, das classes, dos agrupamentos naturais?

Não é ocasião de estabelecer as bases de uma teoria do Estado, nem também de tanto precisamos.

Basta partir do facto da existência do Estado

para o termos de fazer o órgão de execução do conjunto de medidas supostas necessárias e suficientes para a conservação e desenvolvimento da cultura, ou teríamos um Estado bárbaro numa sociedade culta, anacronismo a que a vida social encontra sempre solução normal ou revolucionária, ou o Estado terá de ser um órgão da cultura.

Não quiere isto dizer que seja o único factor da educação, antes haverá tôda a vantagem em que no *quadro* da sua função educativa se possa inserir a coordenação de muitas actividades educativas vindas de indivíduos ou agrupamentos.

O Govêrno tem de obedecer à moral social da sua época, tem, por isso, de estar integrado na cultura, e, como esta é um *caminho* e não um *termo*, um *progresso* e não um *estado*, terá o Govêrno de acompanhar êsse progresso para evoluir dentro duma vida salutar e normal.

Mas não irá o Govêrno, por isso mesmo que possui a fôrça, oprimir as famílias, os grupos profissionais, academias, igrejas, etc.?

Sabe o Govêrno ou Estado quais os dogmas culturais a impôr?

Não é, antes, da sociedade para o govêrno que devem partir e que, com efeito, partem os impulsos duma socialidade progressiva?

Não é de conservantismo, de defêsa até dos interêsses parasitários que todo o Estado cria em tôrno de si, a medula da organização governativa?

Tôdas estas perguntas teriam fácil resposta, se

como Platão ou Comte tivéssemos uma teoria científica que permitisse marcar a linha do desenvolvimento cultural, como as dêstes permitiram traçar, a um, a Cidade Ideal, a outro, a linha do progresso humano para o seu *estado* normal ou positivo.

Bastaria dar ao Estado, sob o ponto de vista educativo, a missão de transmitir a *sciência das ideas* no primeiro caso, de organizar, no segundo caso, a nova síntese dos sentimentos sob a luz da enciclopédia hierárquica do saber.

A substituir às velhas teocracias decadentes uma juvenil sofocracia, confiante em seu inabalável poderio.

Estariam achados até os dogmas culturais que a Educação deve conservar e transmitir.

Mas, quer Platão, quer Comte, tiveram ainda uma visão demasiadamente estática para poderem ter achado o dinamismo do progresso cultural.

Platão pela sua própria colocação filosófica, a seguir à Crítica de Parménides, não podia deixar de fixar para a realidade condições ideais de imobilismo e perfeição.

Comte, julgando ter achado a lei do progresso, dava a êsse progresso um *termo* no *estado* positivo e assim fixava *numa* síntese feita, o que é *síntese dinâmica*, progresso, dinamismo, acção.

Sob êste particular é talvez mais fecunda ainda a teoria de Platão, interpretando a idea de Supremo Bem como um Ideal gerador de ideas informadoras de uma realidade, aproximando-se progressiva e

indefenidamente daquele Ideal. É isto que explica a transição da « República » para as « Leis. »

Mas, se Augusto Comte foi precipitado na elaboração da sua síntese e contraditório em seu *fixismo* filosófico, é certo que, como ninguém, êle marcou a característica de *linha cultural* moderna.

Essa característica é não a Ciência, mas é sim o espírito, a tendência metodológica, a atitude ideológica, moral e técnica criada pelo desenvolvimento da ciência.

Se nos fôsse possível demonstrar que o desenvolvimento dêsse espírito é o próprio *Democratismo*, teríamos achado ao mesmo tempo a *Razão* do poder de educar, que pertence ao Estado e as normas e limites dêsse mesmo poder.

O ESPÍRITO CULTURAL MODERNO E A DEMOCRACIA

Qual é a essência dêsse espírito, que dissemos ter origem na atitude metodológica da ciência?

Comparemos ainda que rapidamente o nosso espírito cultural e o pensamento *místico* dos chamados povos primitivos de hoje ou os restos dêsse pensamento nos povos da antiguidade, onde mesmo já surgia o espírito metodológico científico.

O espírito *místico* caracteriza-se pela noção de

oculto, de vontades ou antes de paixões ocultas com as quais o homem pode relacionar *simpàticamente* os seus próprios estados emotivos.

Tôda a magia dos povos primitivos, dos caldeus, egípcios, os sacrifícios agrários e de fecundidade de todos os povos antigos, incluindo gregos e latinos, os resíduos subsistindo ainda hoje nos povos cultos, etc., tudo isso revela a atitude do que chamamos o pensamento místico.

Estado, que uma forte crise emotiva ainda hoje acorda em qualquer homem culto: um caçador, a quem a espingarda foi duma docilidade e segurança salvadoras numa angústia vizinha da morte, pode muito bem sentir dentro de si, passada a crise, o nascer repentino duma como gratidão pela arma segura, infalível e salvadora.

No estado de inquietação e tormenta duma alma em debates e guerras interiores, pode a voz que ouvimos ao passar deixar-nos a impressão de palavras proféticas a que temos de obedecer. É o caso de Santo Agostinho.

Aqui, no Pôrto, ainda há pouco era hábito em tais crises ir à ponte « às vozes », etc., etc.

Êste estado hoje esporádico e filho de convulsões emotivas, como o provam as mascotes da grande guerra, era o estado normal nos povos que ignoravam os procedimentos duma Natureza, da qual só conheciam as narrações dos antigos, povoadas de *oculto* e misterioso.

É ler os etnógrafos e concluir para os primitivos

de hoje, é ler a história e concluir para os povos históricos.

Mas há um povo singular, onde acorda verdadeiramente a audácia de *desocultar*; herdeiro dessa formidável civilização da Egeida, descobridora de mares e terras, das aventuras da Fenícia, em relação com o interposto comercial dos povos, a Babilónia, etc., etc., êsse povo, o povo grego, mostra, num abrir e fechar de olhos do tempo, num curto espaço de séculos, a eclosão, o crescimento e a vitória do verdadeiro espírito científico, alma e essência de tôda a cultura humana.

Na Ásia Menor o homem despe a Natureza das roupagens que a escondiam, verruma olhos dardejantes através do *oculto* dessa Natureza e começa a estudar-lhe as transformações como aspectos do mesmo Sêr, sem reservas de segrêdo, que o deixem capaz de caprichos e novidades, verdadeiramente inesperados e imprevisíveis.

Depois é a escola pitagórica que toma a Natureza e o destino humano e revela a primeira em números, o segundo em purificação moral para evitar a degradação da *natureza humana* nas formas inferiores da humanidade ou até da animalidade.

É um Heraclito de Efésio que vê o fluxo incessante da Natureza, a palingenesia contínua; mas a proporção, ou harmonia numérica, que *mede* o ritmo das transformações, sujeita-as à determinação do *Logos*.

É a grande escola Crítica de Eleia, que marca

para sempre as condições do sêr e do conhecimento: daquele na fixidez do que é, dêste nessa mesma fixidez necessária à possibilidade de formular juízos.

Á mobilidade de Proteu, aos caprichos possíveis de uma Natureza *oculta*, às acções mágicas das vontades elementares, opõe Parménides a exigência da *inércia* da Natureza: O Sêr é, o não-sêr não é — a transformação, o movimento é impossível.

É costume dizer-se que a sciência moderna começa com o pensamento de Leonardo de Vinci, Képler e Galileu.

Sim, com o método dêstes sábios, e o espírito dêsse método está bem marcado no princípio da *inércia*.

Se, enquanto as estudamos, as realidades se transformam por virtude íntima, não poderemos formular sôbre elas nenhuma espécie de *juízos* e conseqüentemente determinar nenhuma espécie de *leis*.

Ora esta exigência foi marcada por Parménides muitos séculos antes dêstes sábios; simplesmente foi marcada em absoluto e teria reduzido a sciência à tautológica afirmação de que «o Sêr é».

Revela, no entanto, a audácia dum *desocultamento* da Natureza, até ao ponto de lhe negar o *real* movimento, sejam, as reais transformações.

É depois desta *Crítica* que a Natureza terá de deixar *desocultar-se* inteiramente e os gregos vão por um lado, com Leucipo e Demócrito, explicar tudo por um atomismo, em que cada *átomo* é o

elemento fixo, sem oculto, que, por Epicuro e Lucrécio, vem até aos modernos e é o mecanicismo contemporâneo, por outro lado vão para as *ideas, formas* ou *leis* com Platão ou Aristóteles e darão a ciência moderna despida de explicações últimas, como, por exemplo, a Energética contemporânea.

Para os atomistas não há *oculto* e é curioso observar como em Epicuro e Lucrécio, por exemplo, o atomismo toma clara consciência de ser um modo de *desocultar* a Natureza, libertando os homens dos vãos terrores do estado místico.

Com Platão, espírito onde confluem tôdas as riquezas e caudais do pensamento humano, o desocultamento dá-se porque o mundo móvel aspira a realizar em imagem o sereno mundo das *ideas*.

Com Aristóteles a Natureza é também aspiração e carência, mas privação jámais completa, porque sempre uma forma a vem *actualizar* em seus diferentes graus de sêr ou realidade.

As *formas* são *ideas* incorporadas, ou os corpos são matéria *informada*.

A mudança é definida pela aspiração ao sêr, à forma, é sempre o caminho de acto a acto por atracção do único Acto Puro ou Deus.

Aqui não se perdem, como no atomismo, as possíveis capacidades de sêr transcendendo os arranjos atômicos, porque elas vivem nas *ideas* ou *formas*, nem sequer se perde um princípio de criação indefinida possível pois êle se vai condensar no Acto Puro, imóvel mas atraente.

Garante-se a inércia, não-transformação por virtude intrínseca, e salva-se a hierarquia da realidade pelo pluralismo das ideias ou formas, dinamicamente hierarquizadas no Supremo Bem de Platão ou no Acto Puro de Aristóteles.

Está garantido um método de análise da Natureza: fragmentá-la em elementos imóveis e recompô-la pela síntese desses elementos com os atomistas, ou procurar-lhe as *leis* implícitas em suas mudanças com os platônicos.

É esta atitude que se desenvolve, *vivendo e criando*, nos especialistas científicos posteriores, dando a florescência de tôdas as sciências na maravilhosa civilização da Hélada.

Inunda o mundo por via de Roma e seus domínios e fornece aos cristãos, judeus e árabes, o quadro do seu pensamento da Natureza.

Atravessa a Idade-Média, como o demonstrou Duhem, em trabalhos profundos, como êsses do grande Giordano de Nemorare, e, feita a grande incubação dos povos e nações, que foi êsse período medieval, surge com Leonardo de Vinci em pleno crescimento, invadindo e conquistando a Natureza.

É o seu período heróico, período em que nós os portugueses, *desocultando* o planeta, fomos obreiros dóceis às indicações desse Espírito, sôpro da grande madrugada da cultura moderna.

A bússola e as descobertas, a maior difusão da sciência grega com a queda de Constantinopla, a pólvora, impossibilitando o parcelamento feudal, são

ainda propulsões do espírito científico na refundição dos povos e das nações.

A imobilização dêsse espírito só poderia dar-se em sujeições do seu dinamismo criador à obra dum seu representante, e é, com efeito, o que se dá com os reaccionários.

As oposições a Galileu ou vão ao seu espírito de generalização metafísica, isto é, à extensão do espírito metodológico da ciência até realidades ainda não *dessacratizadas*, ou se fazem dentro da ciência já consentida por aferimento das suas afirmações com as afirmações aristotélicas.

Não se lhe nega o espírito (o próprio S. Tomás de Aquino achava de receber como viáveis as hipóteses da cinemática celeste), nega-se, pela Autoridade de Aristóteles, órgão conceituado dêsse espírito, o trabalho de Galileu, ainda não *entronizado* em herói do saber.

É um simples distinguir do pensamento místico em recuo sôbre o pensamento científico em progresso.

A emoção da Autoridade é ainda um pouco de misticismo, concentrando em Aristóteles a fôrça de sugestão da admirativa emoção dos séculos e das escolas.

Esse espírito científico triunfa em tôda a linha e a impô-lo aos ignaros bastam as *técnicas*, onde êle se concentra, implícito e vivaz, alma de todo o seu poder e eficácia.

Triunfa nas Igrejas e não é preciso ir à Reforma para ver o seu triunfo.

A reforma inicia o livre exame pela primazia da Fé sobre as obras e os dogmas e vai caminhando até ao simples fideísmo de alguns modernos, ou fica num dogmatismo amputado e sem órgãos de progresso.

O catolicismo tem como órgão do progresso, da inserção do eterno (porque não há de ser da Idea platónica?) nas mudanças temporais, a presença fiel do Espírito Santo, que, se a sciência é verdadeira, terá de estar, sem malícia se pode dizer, de acôrdo com o próprio espírito da sciência.

Não é esta o acôrdo do pensamento humano com o Logos criador?

O espírito religioso recolhe ao sentimento de dependência no Infinito, de totais relações no Universo, ou, se se expande em obras e doutrinas, terá de pôr aquelas de acôrdo com as técnicas e estas de acôrdo com a linha de progresso cultural, que a sciência traça.

E assim é.

É êle que guarda e transmite a cultura greco-latina e são muitos os religiosos que brilhantemente fazem o renascimento dos métodos experimentais, que um Empédocles tinha largamente iniciado.

De vagar, sem precipitações, êle vai recebendo tôdas as conseqüências da atitude científica.

As próprias hipóteses transformistas, que são bem longe de uma demonstração aproximada e que são bem duras para um conservantismo místico da originalidade do homem, não sofrem guerra à sua possi-

bilidade, mas apenas à sua insuficiência doutrinária.

Eis, pois, não como dizia Augusto Comte é certo, uma *linha cultural*, vitoriosa em tôdas as sociedades modernas.

A atitude do homem perante a indagação dos arcanos da Natureza é geral para todos os homens da cultura, e é a atitude da metodologia científica.

E o que caracteriza essa atitude sob o ponto de vista social?

É a criação dum critério de acôrdo ou certeza humana, que vai despedindo as outras formas místicas do acôrdo.

Assim um selvagem, para ter a certeza de que o seu campo produzirá, tem de libertar mágicamente a força genésica do grão por meio dum ritual sacrificial apropriado e fazê-lo semear pelas mulheres, porque só elas possuem o *mana*, a força mágica da fecundidade.

A falta de *acôrdo* neste ritual trará a infecundidade, *é assim* porque se *crê* que *assim é*, e, se a *liberdade* de uma dúvida fôsse permitida, o grupo morreria de fome.

É o *acôrdo místico*, obrigatório sob pena de morte.

Um agrônomo moderno *experimenta* o grão, *analisa* o solo e põe-se em *acôrdo* com qualquer *liberdade* que proponha outros processos aferindo-os por aquela *análise* e por aquela *experiência*.

Num *acôrdo místico* a sociedade pesa sôbre o indivíduo e esmaga-o, ou delega, por concentração

de poderes mágicos num Rei, padre ou feiticeiro, ou numa corporação desta natureza, e os indivíduos recebem a *posição de acôrdo*, sob pena de morte real ou, pelo menos, civil.

Num *acôrdo científico* qualquer indivíduo *faz o seu acôrdo* pela *experiência* científica.

No pensamento místico dois indivíduos interferem em interêsses e é uma ordália pelo veneno ou um duelo que resolve a favor de um ou outro, pois que a fôrça mágica irá marcar as situações.

No pensamento científico pretende ver-se quem tem a *Razão*, isto é, qual é a verdadeira situação social de cada um, que uma vez bem marcada obrigará todos a um *acôrdo*.

Chama-se a isto Justiça.

Como revivescência temos a adaptação da ordália mágica ao duelo como juízo de Deus e ao duelo moderno como juízo da Honra.

O espírito do método científico leva, pois, a um acôrdo humano, universal e certo.

Não há Autoridade mágica, condensada no Rei ou feiticeiro que a detém, mas Autoridade *justificada*, de direito ou Razão, que representa o acôrdo real, ou possível, das vontades ou razões, porque uma vontade mais não é que uma razão actuando.

Assim é que tôdas as Autoridades tomam a *intenção* de razões, e, se perguntarmos a qualquer ditador o que quer, êle dirá sempre que quer defender os interêsses bem *entendidos* (Razão) do seu povo.

Basta ver como os tradicionalistas da monarquia querem associar, syndicar as classes, coordenando os interesses de todos, para ver que vogam em pleno mar social, de velas enfunadas pelo sôpro irreprimível do espírito científico.

A alma mágica ancestral só reaparece quando depositam no peito dum Rei, condensador das virtudes mágicas da Fôrça, o palpar do coração de tôda a vida social dum povo.

A monarquia é a acção feita mistério, dizia um dia um integralista portugêz.

Está certo da sua monarquia e da única monarquia que não seja meramente formal, e está certo, apenas no sentido que o pensamento místico dos *crentes* monárquicos lhe atribui, porque, perante a sciência, a acção dum Rei é apenas a resultante duma liberdade social porventura menor que a de qualquer cidadão, porque a experiência social dêste é menos falsificada, e da acção do meio humano e cultural em que viva.

Quanto às monarquias reais, elas são apenas a *forma* ancestral duma realidade, que já passou, e são de *direito, que é o facto social*, a tradução da nova realidade social que é a do acôrdo científico na verdade e na justiça.

O espírito da metodologia científica é, pois, dominador e isso porque, como vimos, êle penetra tôdas as formas de pensamento, sentimento e acção.

Já o vimos para as próprias religiões onde pareceria que êle mais difficilmente deveria penetrar.

Mas a grande Religião dos povos cultos recebeu-o pouco a pouco, pois que êle estava salvo pela análise de Platão, deixando ao Supremo Bem todo o lugar metafísico, ético e artístico necessário à ideologia transcendente do cristianismo.

Êle penetra o espírito filosófico contemporâneo, porque as grandes filosofias não são mais que críticas (Kant), sínteses (Comte), generalizações (Spencer) ou reflexos polémicos (Bergson) da própria actividade científica.

A filosofia é mesmo em qualquer dos casos uma pansofia firmada sobre o espírito e até as construções das sciências.

As artes resultam, é certo, dum excesso de actividade disponível, mas a expressão dessa actividade depende do saber, bem como a própria essência dessa actividade.

Já os desenhos de Altamira atestam um poder de análise e dissecação dos movimentos animais que é verdadeiramente científico; em todos os povos os períodos ritualistas (*regresso* da emoção predominantemente mística) são *precedidos* de períodos de observação e verdade.

O belo é uma reacção do sujeito que *conhece* a propósito do objecto conhecido.

Ora o sujeito que *conhece* é uma actividade real, seja com conhecimentos reais, êstes hão de portanto influir na forma da reacção. O belo está na alegria da contemplação, isto é, no fácil acôrdo da

nossa sensibilidade, que *recebe*, com a nossa inteligência, que *apreende*.

Mas há até formas de conhecimento em que a Arte precede a Ciência, que quer dizer, em que a Arte era a vida duma Ciência a desabrochar.

Quando Aristóteles nos diz que a tragédia é uma purificação da alma pelo terror e pela piedade, êle não faz mais do que vêr o que de verdade há nos exageros das modernas teorias de Freud sôbre os complexos recalçados em nossa vida subconsciente.

A censura social, os tabus primitivos, a pressão do grupo, mas sobretudo a sociabilidade, exigem do homem uma estranha dualidade que todos os grandes espíritos, e até os mediócrs souberam vêr, de S. Paulo a Ovídio.

A vida social, ao mesmo tempo que, com seu progresso, vai *libertando* o indivíduo, vai-o penetrando de deveres cada vez mais complicados, de exigências cada vez mais sérias.

Basta vêr a quantidade de *tabus* sexuais que pesam sôbre o instinto do pobre animal que é o homem, e, no entanto, se muitos dêles são estúpidas e simples taras de magia ancestral, os legítimos são ainda de molde a exigirem do homem social um formidável domínio sôbre o homem animal, que, com êle subsiste.

Muitos dêstes complexos fazem o motivo das tragédias gregas e, sob êsse ponto de vista, a Arte foi uma descoberta e uma acção catártica, como o

pretende ser hoje a terapêutica de Freud para as psicoses dêsses complexos resultantes.

O terror pânico, seja, o mêdo do *oculto* da Natureza gigantesca, é um complexo que existiu e a tragédia grega foi revelando com lúcida manifestação de espírito científico, como nesse formidável Prometeu de Eschylo.

Êsse complexo é hoje o pensamento do milagre que é a subsistência do homem numa Natureza em que tudo é degradação e queda para a estabilidade.

Complexo recalçado, porque a vida social por suas exigências de dádiva não deixa ao indivíduo tanto cuidado por si próprio.

A arte revela-o e é, por exemplo, o fulcro da prosa de Raúl Brandão e dos pobres diabos trágicos e abissais do formidável génio de Dostoiewski. O complexo da Morte, de que Tolstoi nos expurga na Guerra e a Paz, por exemplo, etc.

A grande Arte é a revelação das reacções íntimas do homem às grandes linhas da realidade, e, sendo tantas vezes acção catártica, é-o ainda, porque expõe e mostra a verdade.

Pode, por isso, preceder algumas descobertas científicas (é assim que Dostoiewski é um hospício) mas segue sempre o saber já embebido na própria essência do homem.

A moral é evidente que depende da ciência: para conhecer o meu dever preciso de conhecer a realidade, sobretudo, a realidade social.

Não posso querer a lua, mas sobretudo, não

posso querer «fazer aos outros o que não quero que me façam a mim.»

Mais ainda: a minha liberdade pode perdoar o mal que me façam, o meu amor social, seja o meu dever, não me permite que tolere, impassível, que, diante de mim, se ofenda a dignidade de alguém.

A Técnica não prescinde da Ciência e é caso para se perguntar aos reaccionários dos vários matizes se vão viajar pela Europa escanchados num gerico, ou se preferem à sua casa a gruta ou a caverna da pre-história.

É mesmo pela Técnica que a Ciência penetra e domina o espírito das multidões e o movimento bolchevista russo teve como êrro fundamental inverter os termos do organismo cultural e pôr como causa e *razão* o que era simples resultado.

A independência da Técnica é impossível e, por isso, o operário que queira procurar a Justiça, que efectivamente lhe assiste, terá de ver a Técnica como termo móvel do dinamismo: Filosofia genérica (1) — sciências — filosofia científica (2) — arte-técnica.

Sim, a grande categoria do pensamento colectivo moderno é a do Trabalho, mas trabalho científico, filosófico, artístico e técnico.

(1) Filosofia conjunto sincrético das sciências em virtualidade de desenvolvimento. É aqui o nosso desacôrdo com Roberty.

(2) Quere dizer com bases na Ciência.

Já vimos como as religiões se deixam penetrar por êste mesmo espírito: nem podia deixar de ser, porque as religiões foram o conjunto sincrético e são ainda hoje o conjunto seleccionado do saber, do sentir e do dever.

Não há religião sem restos de cosmogonia, e são as escatologias; sem arte, e as religiões foram as grandes Mães da arte; sem normas de acção e trabalho, e dignificaram a acção e honraram ⁽¹⁾ o trabalho.

Há, pois, uma *linha cultural* bem marcada, uma atitude ideológica, um espírito metodológico que penetra tôdas as formas da vida social moderna.

É a metodologia científica, que é a do *livre*, acôrdo ⁽²⁾ de cada um e de todos, tendo, como consequência na acção, o livre *acôrdo* das vontades em normas duma Razão, que na vida social se chama Justiça.

Ora o que vem a ser uma sociedade em que os espíritos cooperam num acôrdo de vontades e razões, acôrdo feito em cada um pela sua autonomia ⁽³⁾ e em todos porque essa autonomia é exacta-

(1) Evidentemente que manda a Justiça falar do melhor do seu espírito e do melhor das suas acções.

(2) Êste «livre» quiere dizer que cada um o faz pela autonomia do seu pensamento experimental, sem pressões de outros.

(3) Autonomia que aceita e ama a vida social.

mente possível, porque a vida social libertou o indivíduo das restrições dum mero condicionalismo biológico para a mais larga acção e independência em que lhe é possível agora viver?

Chama-se a *Democracia*.

E os conceitos basilares da Democracia aparecem no mesmo desenvolvimento.

Foi, com efeito, a vida social que permitiu exactamente o aparecimento de duas noções que tanta e tanta asneira têm feito debitar aos reaccionários: a igualdade e a liberdade.

O homem é livre porque a vida social lhe permitiu interpor entre a sensação e o acto a demora e a riqueza do pensamento.

É neste sentido que se pode dizer que o espírito é filho da Cidade, como Izoulet e Roberty, êste bastante esquecido da escola sociológica de Durckheim.

Esta demora entre a sensação e a acção, que, no indivíduo se chama pensamento e na humanidade é a instituição da Sciência, pode durar séculos e séculos: as secções cónicas estudadas por Apolónio de Perga e a balística moderna, etc.

Ser *livre* é demorar a acção até *aferir* tôdas as possibilidades pelo melhor *tipo*, que é o *tipo* científico ou cultural, que vimos descrevendo.

Há *liberdade* numa sociedade quando esta possui, tem e *cria* uma base de acôrdo do tipo cultural definido e que se chama Justiça.

Por exemplo, um indivíduo quebra a solidarie-

dade no que ela tem de essencial, mata a sangue frio e por interêsse um seu semelhante e a sua família. Reacção social mística — êle e a família sofrem a recíproca; reacção social cultural — êle e só êle é examinado na sua capacidade de responsabilidade, e, defendendo a sociedade do seu exemplo e nefasta acção, sujeita-se a uma reeducação sistemática e apropriada, empregando a Dôr apenas no seu âmbito de meio de defesa e possível acção emotiva, nunca como *reacção* do sentimento ou emoção da sociedade sôbre o indivíduo.

Só isto é que é justo, porque o resto da família é irresponsável e porque o próprio criminoso só é responsável dentro dum condicionalismo a estudar.

É por isso que a pena de morte é iníqua, porque é uma declaração pessoal da Sociedade, como se esta pudesse ser uma pessoa.

Só o mais estúpido realismo sociológico é que pode raciocinar que a sociedade deve amputar-se do membro, que, apodrecido, lhe ameaça a saúde.

A Sociedade é um ser ideal, nunca um indivíduo a pode destruir, nem sequer dela retirar-se inteiramente.

O assassino, que tomamos para exemplo, queria o dinheiro porque êle é um meio de acção social, não porque se recusasse a viver em sociedade.

A Sociedade defende-se e educa, não mata, porque matando diminui-se na virtualidade de regeneração e de valor social, que é sempre um indivíduo.

A sociedade deu ao homem a sua *liberdade*,

pondo-lhe entre a sensação e a acção a demora do pensamento. Êste usa mal a liberdade? Cabe à Sociedade restringir-lhe, educando-o, o uso duma liberdade que êle prodigaliza, malbarata e aniquila.

Eis o que é a *liberdade*, a possibilidade do afeiramento do acôrdo social ao tipo cultural atingido.

E a igualdade?

Então os homens são iguais, dizem em desafio os reaccionários pensabundos?

Não: uns são braquicéfalos, outros doliocéfalos, uns altos outros baixos, uns magros outros gordos.

Mas êsse é o homem da Antropologia. Nós falamos do homem da sociologia, do homem social, do animal político de Aristóteles.

E o que faz a vida social?

Assim como fez inserir a *liberdade* na distância, que, por sua via, se faz entre a sensação e a acção, assim também suprime como acidente a côr dos olhos, o tamanho do pé, etc., para considerar o tipo de homem que é a pessoa jurídica em perfeita igualdade de *espécie* perante a Lei.

Pois se a *Lei* é o *acôrdo* das razões ou a Razão, como havia de qualificar-se cada razão com o coeficiente *mágico* duma singularidade que a tornasse incomensurável com as outras e, portanto, *associal*?

Não é evidente o círculo vicioso?

Queremos a vida social, e ainda que a não queiramos ela teima e existe, e vamos fazer dessa

vida um acôrdo de vontades sem medida comum (irracionais) e portanto *associais*?

Ora aqui está o que vem a ser significado dos palavrões da ôca ideologia republicana, como é costume dizer-se.

Êles não são ôcos, os conceitos sociais de igualdade e liberdade: o que muitas vezes é ôca é a cabeça dos que os acusam e até de muitos que lhes fazem ditirambos.

A fraternidade, último termo da trilogia, não é mais do que um nome cristão pôsto ao amor social e por analogia com o amor dos irmãos entre si.

Eis o que basta a mostrar que a *linha cultural* da humanidade existe, tem um sentido e é o próprio espírito, que, em sociologia, numa antecipação teórica, se marcou como destino a cumprir e se chama *Democracia*.

*

*

*

Não é esta a Democracia realizada? Não, pois que o Ideal não se realiza inteiramente sob pena de uma degradação que o avilte e duma redução a matéria do que é essencialmente actividade e espírito.

Não é êste o espírito que anima a nossa democracia? Implicitamente êle penetra até os reaccionários, como já mostramos; explicitamente êle toma

consciência em muitos democratas e o trabalho de todos êsses democratas deve ser erguê-lo, vivo e atraente, aos olhos amortecidos dos que com êles convivem.

De resto estamos a procurar uma finalidade à educação e essa está determinada na obra e sobretudo no espírito cultural que acabamos de definir.

Êle marca os direitos e os deveres do Estado.

O Estado deve a todo o homem a cultura da sua liberdade criadora da cultura nacional humana.

O Estado não poderá proibir os núcleos de educação que se coloquem dentro dêste critério de entendimento no respeito ao espírito dessa cultura.

Ensino particular livre, dentro dêste respeito; ensino oficial igual para todos dentro do mínimo de educação que a todos fôr imprescindível para serem liberdades coparticipantes na obra da Cultura.

Nenhuma religião tem o direito de impedir em nome das suas legítimas liberdades esta obra de cultura que a elas mesmo penetra e que aceitam.

Não tem o Estado o direito de coibir qualquer religião de acrescentar, à educação cultural humana, a educação pelo seu doutrinário religioso, quando os seus adeptos o queiram para si e para as pessoas de quem são os legítimos representantes.

O contrário é ferir o próprio espírito de liberdade que deve animar a alma da cultura humana, pois é anti-científico esquecer o valor das religiões, como fontes de vida social, e é querer responder com dogmas negativistas da Razão, que nenhuns tem,

aos dogmas positivistas da Fé, que é a maior fôrça social e à qual só a experiência cultural pode dizer no futuro se se encontrará integral equivalente.

Há aqui um grande perigo das democracias, a que me podia furtar; mas que, muito pelo contrário, quero claramente definir.

O amor da verdade pela verdade, que será a nova tendência afectiva unificadora das almas, tem os seus melhores representantes nos homens de ciência e, vulgarizada à multidão, supõe que o amor da verdade por Deus, que é a alma da Igreja, se lhe opõe.

Acredita, então, que deve atacar para progredir, isto é, que deve fazer daquela tendência uma paixão para vencer e o que é certo é que, se se faz paixão, agride aquele mesmo espírito cultural que quer razões, vontades esclarecidas e justas e não paixões frenéticas e obnubilantes.

Depois faz o *postulado* não demonstrado que o amor da verdade pela verdade é incompatível com o amor da verdade por Deus, e pode muito bem ser até que a harmonia venha a fazer-se encontrando uns a hipótese de Deus partindo da verdade, encontrando outros a verdade partindo do amor de Deus.

Respeito ao espírito cultural envolve também o respeito às formas de pensamento, que, respeitando a cultura, a acrescentem das suas crenças sinceras.

O Estado tem de limitar a sua acção à linha geral da cultura, não pode impôr mais que um método, uma atitude que deixa às liberdades a escôlha

das doutrinas especulativas que melhor recebam o seu acôrdo.

Tendo defendido o espírito cultural opôs-se evidentemente à escorregadia tendência dum regresso a formas dogmáticas de imposição pela violência, que um espírito tocado de graça cultural jãmais aceitará.

O resto é com cada um e com o próprio evoluir das sociedades, cujo futuro o Estado só pode fecundar no espírito que o anime, nunca nas doutrinas, formas ou instituições, que êsse mesmo espírito venha a criar.

O largo sôpro da Democracia, em que, de velas pandas, voga a imensa caravela dos homens, não deve fazer-se a brisa ligeira que nos leve a sossobrar no frágil batel do fanatismo.

Nem as experiências sociais se fazem sem a liberdade que elas criaram e que é hoje o seu factor necessário.

O químico que isolasse das suas reacções certos átomos faria uma bem curiosa química de monstros, o sociólogo que fizesse da Democracia um *estado* em vez duma *actividade espiritual*, uma instituição em vez dum *método*, faria o mesmo que o nosso pitoresco químico.

Quem prefere uma República de farçantes a uma monarquia de homens de bem?

Ninguém, e porquê?

Porque na segunda o verdadeiro espírito da democracia faria a obra cultural que a transformasse e

na primeira nenhum espírito social exaltaria os seus indigentes e miseráveis egoísmos.

O QUADRO DA EDUCAÇÃO

A educação oficial será, pois, dada no seu mínimo a todos e aberta no seu máximo aos mais capazes, venham de onde vierem.

Mas a educação não pode fazer-se por um simples ministério, ela é uma obra de conjunto em que todos terão de intervir.

O ministério do trabalho, tomando para si a higiene pública, deverá cuidar da Eugénica pela assistência económica e médica, pela divulgação por órgãos apropriados, que poderiam ser os médicos municipais e das escolas, das bases fundamentais da higiene geral, higiene do casamento, sexual, da mulher, da gravidez e da criança.

O Instituto Superior da Educação Nacional faria, sob informes destas entidades, a publicação no seu boletim dos documentos e elucidações necessárias, a par dos conselhos e direcções para médicos escolares e municipais.

O Ministério da Justiça faria que, à liberdade de imprensa e propaganda no livro, no jornal, no teatro, e na conferência, correspondesse uma real e efectiva responsabilidade, de modo que, se não fôsse possível

obviar às infâmias que degradam em certos modos de publicidade, fôsse ao menos possível ver-se que a sociedade as não aprova antes as condena pelos órgãos competentes de fiscalização.

Á própria polícia compete dar ao meio um aspecto exterior de limpeza moral, que permita o passeio de uma criança pelas ruas, sem a influência má e feia dos palavrões, das grossarias e dêste ar de má criação, que parece mostrar-nos como homens que mutuamente se aborrecem.

Mas tudo isto é ou a preparação da matéria de educação, como a pediatria, higiene, eugénica, etc., ou processos educativos difundidos na grande influência educativa do que se chama o meio.

Vamos aos processos directos.

A finalidade, já explicamos, está na valorização das liberdades cocriadoras da cultura nacional humana: seja a cultura humana a que pertencemos em seu esforço lusitano.

Criação e expansão dum lusitanismo, que seja a travessia do espírito cultural em almas portuguesas.

País duma larga expansão colonial e duma larga difusão linguística: as colónias e o Brasil são o terreno, onde devemos querer espalhar principalmente o nosso lusitanismo.

As colónias estão quási por colonizar, e, invertendo sempre a lei da causalidade social ⁽¹⁾, quando

(1) Roberty.

o tentamos é apenas sôbre o ponto de vista económico, como se uma técnica fôsse anterior ao espírito cultural que ela aplica.

O Brasil recebe ainda a nossa literatura, mas ela é que, com poucas e notabilíssimas excepções, vai desmerecendo ou vai-se estiolando numa autolatria infecunda de espíritos segregados das vivas marés dum grande movimento nacional e humano.

O Brasil fala português e só por isso tem de amar Portugal, porque o amor exprime-se ou morre, e a sua expressão no Brasil faz-se em língua portuguesa.

Mas é necessário que nesse grande país sejamos consciente e voluntariamente amados, não só pela língua que falamos, mas pelas formas de cultura que nessa língua vamos exprimindo e que falarão à alma brasileira pelo que tenham de humano, e até à sua tradição pelo que tenham de bom e sério lusitanismo.

Eis destinos e largos para o vôo largo duma alma forte.

Destinos de vôo e expansão, mas antes que a ave parta preforma o vôo dentro em si, em desejo e esperança.

Largueza de expansão, que só pode resultar duma profundidade de interiorização.

É o que temos a fazer cá dentro, acordando almas, formando liberdades por uma educação, que não se destina a animais de carga, mas a consciências ávidas, fortes, olhando a vida com a novidade duma alma, fremente de saber e de emoção, que é, já, de preformada acção.

Os teóricos costumam dividir a pedagogia em formal e material, a que atende à actividade e a que atende à matéria que essa actividade terá de assimilar.

Ideal teórico: uma desenvolveria o espírito do aluno, o que chamaremos, dentro da nossa forma, a sua capacidade cultural; a outra faria o aluno um homem culto.

Erro: nem é possível desenvolver a actividade cultural sem que o espírito faça cultura, nem pode êste possuir cultura sem a *fazer*.

Êstes dois polos são apenas dois limites de duas tendências, que, de resto, se implicam uma à outra.

Uns querem dotar o homem com instrumentos capazes de acção social fecunda, outros com a capacidade de fazer esses mesmos instrumentos.

Ora como não há actividades nuas, nem conhecimentos instituídos vivendo por si, é claro, que só poderá desenvolver-se a actividade cultural levando-a a assimilar, até lhes extrair a seiva, as instituições de cultura.

Mas, claro está, que deve predominar o interesse de desenvolver a actividade cultural e portanto não fazer nunca da aquisição de conhecimentos um fim em si, completo e fechado.

Se analisarmos hoje o nosso ensino liceal, por exemplo, verificamos que ninguém pode fazer um exame do quinto ano do liceu, sem preparação prévia: professores universitários, membros da academia de sciências, etc., seriam reprovados, num

exame dum curso que devia ser o mínimo de todo o português.

Que quiere isto dizer?

Que a carga dos conhecimentos é uma barbaridade, é um verdadeiro estupro intelectual, permitam a violência.

Os estudantes saiem hoje, em regra, tristes, fatigados, sem a alegria de viver que é, no homem, a alegria de *compreender*, incapazes de reacções vitais, criadoras e entusiastas.

Porquê?

Porque se está praticando uma verdadeira violência moral com essas vítimas, a flôr, o escol dum povo, e que amanhã deveriam ter as responsabilidades da vida social.

Se um aluno entra numa escola pelas nove horas da manhã e sai depois das cinco, é lícito perguntar-se pelo horário de trabalho, que ao operário manual não consente semelhantes atletismos.

Onde fica a saúde, a graça, a alegria, uma hora para a meditação, para a vida interior da imaginação, que é a base da invenção, ou da inteligência, clarificando e ordenando?

É em Marrocos?

Não; é em Portugal, e, *mesmo assim não há materialmente tempo para dar os programas em tôda a sua extensão!!*

A estes programas acrescem, como parasitas incómodos, uns trabalhos manuais sem finalidade educativa, é só uma parcela a maior, uma higiene,

uma ginástica, uma música e um canto coral, que são também parcelas a mais e não o exemplo vivo da cooperação social no acôrdo das almas pelo acôrdo das vozes.

Nas escolas primárias acontece o mesmo e é de ver os bons pedagogos nacionais exigindo de novo provas, exames, doutoramentos primários às crianças, porque só assim os professores mostram o seu trabalho.

Trabalho?

— O que é o magnetismo?

— A causa dos fenómenos magnéticos.

Eis o início de muitos dêsses exames a que tivemos o desprazer de assistir.

Tanto se não procura desenvolver, em regra, o espírito cultural, que, no liceu, por exemplo, alguns senhores presidentes costumam tirar os livros de física, matemática, desenho, etc., durante as provas escritas ou práticas, como se a inteligência tivesse de ser a fiel pintura dos livros, que mais não são que simples material didático, como uma régua ou um compasso.

Pois bem: é êsse espírito que é preciso desenvolver através da assimilação de conhecimentos sim, mas nem sequer da sua obrigatória fixação na memória: os indispensáveis se fixarão no exercício da acção de conhecer sem necessidade de tal obrigação.

Eis quanto ao espírito da Orgânica do ensino.

*

*

*

Vamos à estrutura geral da Orgânica de Educação.

O quadrinómio que poderemos chamar de Roberty, e que com as modificações que acima fizemos nos parece uma lei ⁽¹⁾ da cultura humana, é hoje: ciência, filosofia, arte e técnica.

As sciências podem dividir-se em relação ao seu objecto em sciências da natureza e sciências do espírito.

As primeiras resultaram e são a obra daquele espírito desinteressado, que foi *desocultando* e *dessa-cratizando* a Natureza e nela encontrando ideas, formas ou *leis*.

As segundas começaram com a reflexão sôbre o próprio pensamento construtor das primeiras e foram iniciadas com a Crítica de Parménides e de alguns notáveis sofistas como Protágoras e Górgias.

Ficaram sempre em atraso em relação às primeiras, e, obras de pura erudição, passaram, com o nome de letras, para as universidades modernas.

Também a filosofia foi durante muito tempo sim-

(1) Não quer isto dizer que não existam sincretismos, na invenção por exemplo. Mas é esta a linha da evolução consciente e conscientemente determinada.

ples disciplina de erudição ou, em geral, foi progredindo e fazendo-se fora dos âmbitos escolares.

Teríamos então o binómio ciência-filosofia distribuído hoje nas Universidades em ciências da natureza e ciências do espírito e a filosofia, com os nomes de faculdades de ciência, contendo as primeiras, e faculdades de letras, contendo as duas últimas.

Em alguns países mais completa e correctamente se diz «faculdade de filosofia e letras».

Assim, dando às faculdades de letras a sociologia, como já tivemos ocasião de fazer numa reforma perdida entre as dificuldades da intriga e malevolência pessoal, teríamos o coração universitário.

Uma Universidade é, antes de mais nada, o saber teórico, seja: faculdade de ciências de natureza, faculdade de ciências do espírito e faculdade de Filosofia.

O resto são a faculdade das belas-artistas e as faculdades técnicas, variáveis segundo as necessidades e o condicionalismo de cada região.

Assim, por exemplo, uma faculdade, ou escola, de técnica agrícola estaria melhor em Coimbra que no Pôrto, como a faculdade de direito estaria melhor no Pôrto que em Coimbra (1).

A Universidade Portuguesa teria, como faculdades técnicas ou escolas, as seguintes: médica, de

(1) Não se zanguem que são hipóteses ingénuas.

direito, farmácia, agronomia, veterinária, comércio, indústria, colonial, de engenharia e normais ou de habilitação de professores.

Nenhuma se chamaria simplesmente técnica porque tôdas o são, nenhuma se chamaria de sciências de educação ⁽¹⁾, porque não há tais sciências mas applicações da psicologia, sociologia, etc.

Êste seria o quadro universitário português, ficando a cada universidade o mesmo núcleo teórico *sciências, letras, filosofia*, e cabendo-lhe as escolas técnicas, que a região e os demais conditionalismos determinassem.

O grupo teórico, sciências de natureza e do espírito, filosofia, daria a formação de todo o corpo dos professores de ensino superior teórico, secundário e primário superior ou *fundamental* por grupos de sciências, dos professores de belas-artes e dos professores das técnicas superiores por cadeiras ou grupos de cadeiras de modo algum dispensáveis a êstes últimos professores como, por exemplo, psicologia, história das sciências, teoria da sciência, etc., etc.

Os professores das escolas normais teriam os cursos completos ou grupos de cadeiras das faculdades de sciências, letras ou filosofia, conforme

(1) O meu desacôrdo parcial com o trabalho do illustre professor Faria de Vasconcelos, feito no ministério do meu amigo dr. João Camoesas, envolve a mais alta consideração e amizade pelo seu valor e pela sua perfeita honestidade profissional.

exercessem a profissão na Normal Superior ou na Normal primária.

Pode fazer aplicações de metodologia científica quem ignore as ciências, quem desconheça a actividade científica em exercício?

Esta aplicação imediata à vida social das faculdades teóricas, bem como a informação científica preparatória para a entrada nas técnicas superiores (1).

E assim o direito (2), que é uma técnica das ciências do espírito teria, como hoje tem a engenharia, a medicina, etc., a sua preparação científica de psicologia, lógica e sociologia, ciência teórica do grupo das ciências do espírito.

Bem como a medicina mandaria à psicologia, à lógica e à sociologia, os seus alunos em preparação para os estudos de psiquiatria e das doenças sociais.

Mas o destino superior das ciências teóricas é o desenvolvimento da cultura e a sua utilidade não deve medir-se pelo seu rendimento imediato, mas pela sua produção científica, de professores e alunos, e pela sua acção social de dignificação intelectual do meio.

Se amanhã não houver um estudante de filoso-

(1) Ou a frequência nestas faculdades, ou o destacamento dos professores a fazerem a preparação teórica necessária em cada técnica.

(2) Ver Seignobos.

fia em Portugal, não deixará, por isso, a filosofia de ser ainda mais necessária ⁽¹⁾ ao desenvolvimento do espírito cultural.

Eis o quadro do ensino superior com o núcleo teórico e escolas ou faculdades de alta técnica.

Êste ensino é a alma da educação nacional, êle, o criador dos valores, êle, o formador dos profissionais, factores vivos de todo o outro ensino.

A nação deve amá-lo, êle deve dar à Nação a confiança consciente dos seus destinos, marcando-lhos pelo saber, fazendo-lhos sentir pela Arte, dando-lhos pelas técnicas que os realizam e conquistam.

A êste ensino terão acesso os alunos saídos das competentes secções do curso liceal e os diplomados com o curso técnico especializado, mediante exame das disciplinas próprias da secção liceal correspondente à faculdade a que se destinam ou exame de admissão na referida Faculdade.

Mas não tendo todos acesso a êste ensino superior, como marcar a igualdade, que, há pouco, afirmamos, e como desenvolver as liberdades, que marcamos como destino à educação?

A igualdade social é a igualdade perante a Lei: a êste grau do ensino têm acesso os ricos que o conquistem como os pobres que vençam as dificuldades duma valorização, que atinja o grau de selec-

(1) Este período é dedicado às tendências malévolas dos parvos, para irem dizendo que defendo possíveis desastres da própria casa. Não percam, que é bom...

ção necessário para as vagas que o tesouro da instrução possa distribuir aos que não podem pagar.

Claro está que ainda aqui existe um resto da primitiva justiça que ignorava a imputação pessoal: os filhos pagam pelos pais.

O pai que não pôde, não soube ou não quis trabalhar o bastante para convenientemente educar os filhos deixa-os em manifesta inferioridade em relação aos que com menos valor podem subir ao ensino superior.

O estado democrático deve, por medidas de distribuição do imposto, diminuir êste mal, fazendo-o tender para zero, ao mesmo tempo que irá alargando cada vez mais o tesouro da instrução na verba do subsídio ao pobre que se valoriza.

É êste um ponto em que a moral social vai em via de modificação profunda, pois não é de receber que os filhos entrem já na vida prejudicados pelos defeitos ou infelicidades dos pais (1).

O próprio crescimento da cultura o vai remediando pelas Universidades populares, pela maior possibilidade de autodidactismo, etc. etc.

O prejuízo será ainda maior para os pobres da província, pois que o alto ensino está centralizado nas cidades e se é ainda possível um pobre da cidade freqüentar a Universidade é isso muito mais difícil a um provinciano.

(1) Isto não envolve a crítica ao que na actual Economia é o incentivo ao trabalho pelo amor da família.

Eis um limite ideal, que deixo ao pensamento dos sociólogos: a equiposição do pobre e do rico perante o ensino superior.

Não tenho, no entanto, receio de dizer que a Justiça exige essa equivalência.

A prova é que o Estado já se não furta a essa equivalência para o ensino primário e nós, como veremos, queremos-la desde já para o ensino primário superior, que poderemos chamar ensino *fundamental*.

E isto por estas razões: é que reputamos o ensino primário geral absolutamente insuficiente a dar a posse daquela liberdade que definimos.

Deixemos agora os ensinos de transição preparatória e vamos àquele mínimo que julgamos indispensável para respeitar a linha do progresso cultural de que todos devem ser cooperadores.

É êste o que chamamos ensino fundamental.

Seqüência duma iniciação sobretudo activa e de activo convívio com as cousas, que é o ensino primário geral, deve êsse ensino ser aquele que, em resumo e minoração, respeite o organismo cultural como o definimos e contenha o quadrinómio sciência-filosofia-arte-técnica.

O homem moderno completo deve ser uma capacidade social, definida, por êste quadrinómio de valores.

O ensino fundamental dará um mínimo de conhecimento científico, o bastante para uma apreensão do verdadeiro espírito cultural. A revista de conjunto ou síntese filosófica será dada pela aná-

lise do que as sciências ensinam e da unidade que pela espontaneidade da actividade sintética do espirito vem cingir êsses ensinamentos.

A arte será a estética da literatura, do canto coral regional, do desenho, etc., e a técnica, a aplicação desta arte a qualquer produto regionalista.

Ainda que pese aos caluniadores de profissão e sem ela, há escolas primárias superiores que o têm feito.

Êste ensino fundamental é que é uma obrigação indeclinável da nossa Democracia.

Servem as escolas primárias superiores fundindo-se com algumas escolas técnicas elementares, ou alargando estas o seu quadro doutrinário, e serve o primeiro ciclo do liceu, recebendo, em vez dos trabalhos manuais ditirâmicos, a técnica que acabamos de sucintamente descrever.

O homem antes de ser um especialista é um homem, e só será um homem completo com as capacidades científicas, filosóficas, estéticas e técnicas, que definimos.

Aqui, no que é já possível, a igualdade sem sofismas, todos lucrarão, porque ela, embora os beneficiados julguem que não, vive em aspiração na alma de todo o homem de hoje.

Espalhem-me estas escolas e não me suprimam nenhum liceu que a êste ensino adapte o seu primeiro ciclo.

Paguem os ricos, poupem em representações excessivas, em funcionalismo improdutivo, se o há,

fomentem esta educação se querem erguer o País a destinos superiores. Uma escola destas em cada concelho (o que eu ouço de asneiras!!) com três, quatro, seis professores, conforme a frequência e as possibilidades, mas não esqueçam que Portugal viverá em cada terra, onde palpita um coração lusitano.

Não fechem o país nos delegados governamentais ou govêrnos civis: há vilas, há aldeias e há lá sangue, nervo, vida e inteligência.

Não queiram que as cidades esgotem a raça e a nação, desprezando a vida nacional das aldeias, vilas e dos campos.

A escola de ensino fundamental, erguendo a vontade cultural por todo o país, batendo no coração longínquo dum povoado a alta voz do amor patriótico, a hora alta de cultura humana!

Interferindo nas festas populares, cantando, estilizando os seus motivos de arte, tomando a iniciativa dos grandes momentos nacionais e humanos para lhes dar consciência, vida e expressão!!

Poupem, mas gastem.

É um sonho?

É um dever iniludível e um govêrno honesto tem de olhá-lo sem o pavor das impossibilidades financeiras.

Se me derem os tabacos, eu faço isso.

Ora aí está: um vício que cobriria de sobejo as despêsas dêste obsidiante sonho dum dever, a que a Democracia mente fugindo.

Este ensino fundamental seria no liceu a iniciação num ano de repetição, retomando tudo numa nobilitação teórica, para a seguir entrar nas secções preparatórias para o ensino superior.

Os que saíssem das escolas de ensino fundamental poderiam ingressar ou no liceu ou nas escolas técnicas especiais pois que a técnica (1) primária fundamental já a tinham e por ela todo o cidadão teria passado.

Ficava abaixo do ensino primário, que iniciou no ensino fundamental, a assistência infantil em jardins escolas para os pobres, porque os ricos podem, sem perigo social, guardar a primeira infância de seus filhos, guiados pelo natural carinho, que os irá informando nas fontes oficiais dos progressos de pediatria, etc.

Tudo isto daria uma federação das três regiões universitárias em que se acha naturalmente dividido o país.

Cada Universidade organizaria dentro da sua região e de acôrdo com o Estatuto geral, ou carta orgânica da educação nacional, o quadro dos diferentes ensinios.

(1) Não vale dizer que a vida social quer técnicas diferenciadas, também quer ciências, ou graus científicos diferenciados; mas a tódas essas fica subjacente uma base cultural comum. Também a tódas as técnicas e belas-artistas fica subjacente uma capacidade estética e técnica fundamental, que é a sua base, etc.

Tudo fechando no abraço do Instituto Superior (1) da educação nacional, formado pelos nomes mais prestigiosos dos professores de todos os graus, reitores, e homens de ciências e letras de autêntico valor cultural.

Á inspecção do ensino preferíamos substituir um corpo escolhido de professores, que cada Universidade mandaria em visitas de estudo, para, de colaboração com os professores, propôr, aconselhar, dar lições modelos, fazer conferências, etc, etc.

Não concordo com o critério policial do inspector, só admito o colega mais respeitável pelo seu saber e dedicação, pondo em acção *sugestionadora* a grandeza do seu entusiasmo e o valor do seu ensinamento.

Isto seria mais fecundo, e mais no sentido do progresso cultural das liberdades humanas.

O resto é detalhe, que importa e muito; mas não faltam já os trabalhos, nem as aptidões e os entusiasmos.

A preparação dos professores das escolas profissionais, técnicas especiais, seria feita, depois da respectiva cultura teorética e artística numa escola especial, à qual seria anexo o Instituto de orientação profissional, em que o meu presado amigo Faria de Vasconcelos põe muitas esperanças e em que eu confio ainda que menos.

(1) Órgão de alta importância pedido já por tôdas as competências, como, por exemplo, o nosso amigo e ilustre pedagogo A. Sérgio.

E isto por dois motivos: primeiro porque não dou um grande valor científico aos processos psicológicos em uso: segundo porque acredito muito nas virtualidades do homem e muito pouco no que se sabe sobre a época da eclosão de cada virtualidade.

Mas como orientação geral a mitigar e discutir à luz de muitos outros critérios é de atender, mesmo para o estudo e orientação duma orgânica do trabalho nacional, hoje pulverizado numa anomia que o enfraquece e desvaloriza.

Quanto ao problema da coeducação, não temos a dizer mais do que é a lógica consequência da nossa interpretação da escola como preparação prática, activa, *em exercício*, da vida social.

Ora na sociedade há homens e mulheres e cooperação de uns e de outros na obra da cultura.

Claro está que as segregações dos sexos são filhas da Razão mística, em pavor e obediência a velhos e contraproducentes tabus sexuais.

Faremos, pois, a coeducação, adaptando, é claro, a parte estética e técnica, às naturais diferenças dos sexos.

Quanto à cooperação de homens e mulheres no ensino e na direcção profissional da educação, também lhe achamos vantagens dentro do seguinte condicionalismo.

A mulher, por um afastamento secular da vida social toma hoje, em regra, dois aspectos mórbidos perante o problema da sua colaboração política na

vida da sociedade: o desejo frenético dum feminismo atrabiliário e feio, ou um pretendido desdém superior, irónico e de bom tom, que é a mais pavorosa prova da sua inconsciência e actual incapacidade social.

Deixemos as primeiras, que a pedagogia social do cómico já matou e ficam as segundas, dizendo que não querem interferir na vida social porque isso não é elegante, com excepção, é claro, da sua interferência nas recreativas festanças da Caridade.

Ora bem: a Democracia vai-lhes dando os meios de conquistarem situações sociais e políticas — que as *conquistem* pelo mérito, então, e só então, poderemos confiar na sua capacidade social de educadores.

Por enquanto são meras aptidões técnicas, que irão trabalhando ao lado do homem e ao mesmo tempo fazendo a sua aprendizagem social.

Assim a entrada da Mulher para o professorado deverá ser gradualmente aumentada à medida que fôr realizando a sua capacidade social: por agora, nem o ensino fundamental, nem liceal, especial, universitário, etc., as pode receber mais que numa restricta quantidade em relação ao número dos homens.

Eis o quadro geral do que entendemos necessário a uma organização de acôrdo com a *linha cultural* do progresso humano.

Porque do empirismo das reformas nos parece podermos apenas sair pela orientação duma verda-

deira lei sociológica da cultura, é que reputamos absolutamente imprescindível procurar e definir essa lei.

Eis o principal motivo dêste trabalho: o resto são exemplos da sua applicabilidade, que, neles se não resume e finda, antes deve ser de indefinidas virtualidades e applicações.

Nele cabem, portanto, todos os trabalhos de organização já feitos ou a fazer, que com o seu espírito concordem.

Não é pequeno valor de prova da verdade da *lei cultural*, que definimos, o facto de tantos trabalhos, feitos apenas com o destino utilitário de remédio aos males actuais, estarem, afinal, na mesma direcção que a direcção geral do nosso trabalho essencialmente teórico e dedutivo.



QUADRO GERAL

Assistência Infantil ⇒ Escola Primária ⇒ Ensino Fundamental
(Jardins de Infância) (1.º ciclo dos liceus e Escolas Primárias Superiores)

*

* *

Ens. Fundamental ⇒ { Liceu (2.º ciclo)
Escolas de Especialidade } ⇒ Universidade
(Comercial, industrial, etc.)

Universidade: ciências, letras e filosofia ⇒ { Belas Artes
Técnica Superior

Técnica Superior { Escola de Medicina
Escola de Direito
Escola de Engenharia
Escola Normal
etc.



Edições de MARANUS

Rua dos Mártires da Liberdade, 178 — PORTO

AUGUSTO MARTINS e MARQUES TEIXEIRA

Tábuas de Logaritmos (cart.) 18 esc.

WENCESLAU DE MORAES

Relance da História do Japão 12 esc.

EZEQUIEL DE CAMPOS

Política 10 esc.

CARLOS PARREIRA

Ex-Votos. 10 esc.

JOÃO T. DE VASCONCELOS

**Memórias de um caçador de ele-
fantes** 10 esc.

BRANCA LOPES MARTINS

**Contos para crianças — Ilustrações
de ROBERTO NOBRE** 8 esc.

CLÁUDIO BASTO

Foi Eça de Queiroz um plagiador? 15 esc.

AUGUSTO MARTINS

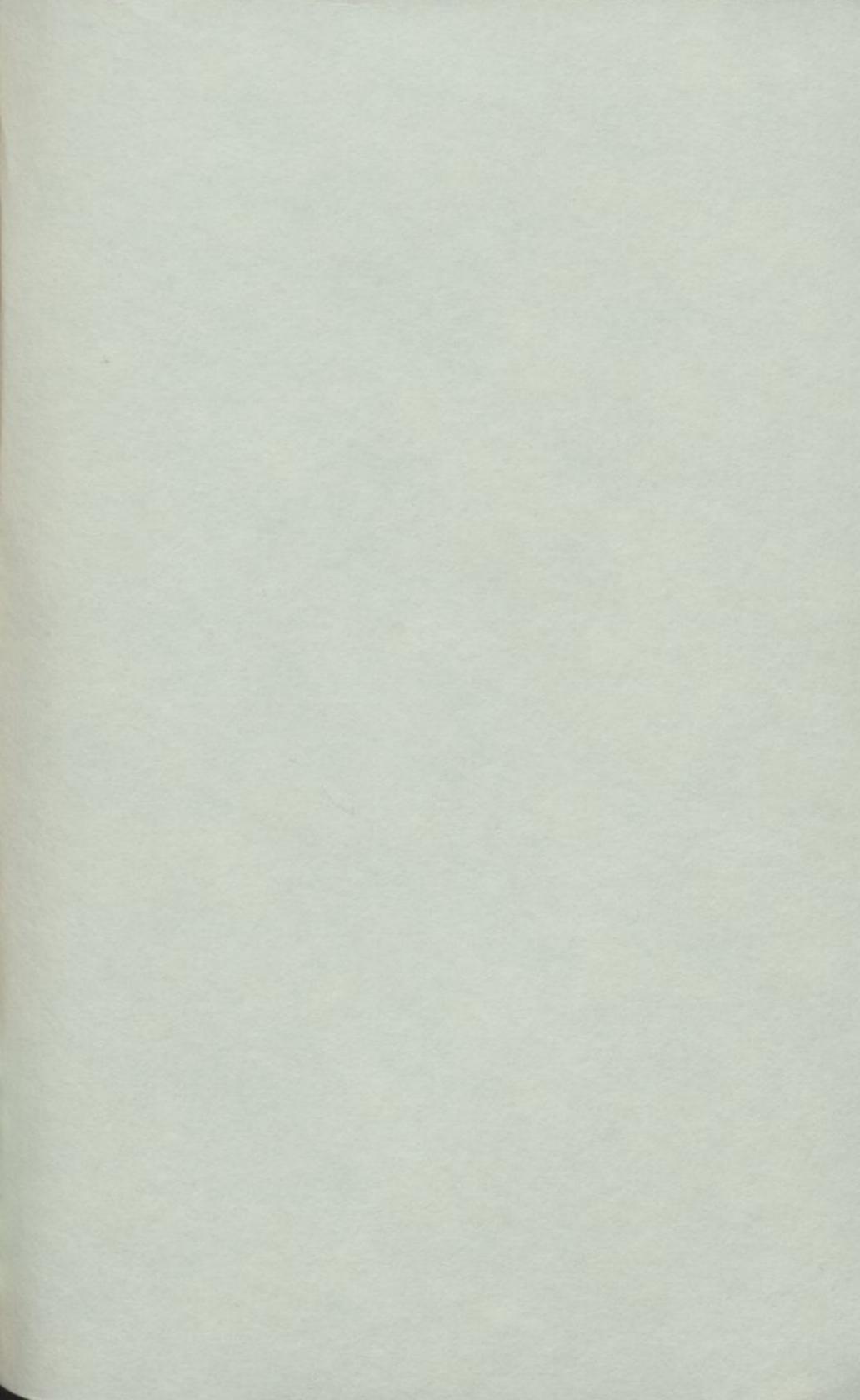
A Matemática (cart.) 10 esc.

PINA DE MORAIS

Ao Parapeito 10 esc.

TENENTE AFONSO DO PAÇO

Gírias militares portuguesas. 3,5 esc.



39